

CRISE DOS MERCADOS

Economia - Brasil

Construção propõe pacto e aceita alta de imposto

Para empresários da construção pesada, setor está preparado para cortes nos gastos públicos

DENISE NEUMANN

Os empresários da construção pesada defendem um amplo pacto nacional, reunindo governo, Legislativo, empresários e trabalhadores para garantir a aprovação das reformas. Como parcela da sua contribuição, esses industriais concordam em pagar um pouco mais de imposto em caráter de "emergência". Essa disposição foi revelada por uma pesquisa inédita do Fórum Nacional da Construção Pesada, que ouviu 200 empresas durante as duas semanas que antecederam as eleições presidenciais.

"O pacto precisa reunir a União, Estados e municípios, além do Congresso Nacional, dos empresários e dos trabalhadores", diz Paulo Godoy, coordenador do fórum e presidente da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop). "O setor está preparado para apoiar as medidas de corte dos gastos públicos mesmo que

essas medidas atinjam a atividade do setor", acrescenta Godoy. "Se o aumento dos impostos for necessário para dar equilíbrio às contas públicas e for acompanhado de outras medidas que revelem a disposição de ajuste do governo, ele será apoiado", pondera.

A pesquisa revelou que o setor está confiante em um bom resultado em 1998, apesar da desaceleração da economia. As eleições e os planos de investimento dos novos donos de empresas privatizadas e de concessões públicas são os responsáveis pela avaliação positiva que o setor faz do ano. Entre as empresas, 54% prevêem faturar mais este ano na comparação com 1997. Para essas companhias, a expectativa média de crescimento é de 50%. Para 24% das empresas, 98 deve terminar com uma queda nas re-

ceitas, em um percentual médio de 34%. "Na média, o setor deve crescer acima de 10%", diz Godoy, explicando que esse resultado surpreendeu os participantes do fórum, que antes tinham uma visão menos otimista dos resultados do ano. Para 99, diz, as dificuldades devem aumentar.

Entre os fatores que devem reduzir as encomendas para o setor está a menor disponibilidade de financiamento para os projetos. "Há metas a serem atingidas em diversos setores recém-privatizados, mas as dificuldades de financiamento e a realidade de queda na demanda podem provocar a reavaliação de objetivos", diz.

A maior presença privada no setor de infra-estrutura – e conseqüentemente a menor dependência dos recursos públicos – deve jogar a favor do setor no próximo ano. O setor elétrico, diz, precisa fazer investimentos anuais de R\$ 8 bilhões por ano. Desse total, explica, R\$ 6,5 bilhões já são de responsabilidade da iniciativa pri-

vada e como são projetos de longo prazo não podem simplesmente ser postergados na sua totalidade. "O País precisa de 3 milhões de megawatts por ano", lembra.

O setor também aposta nas novas privatizações para

manter a carteira de projetos nos próximos anos. O setor eleito como prioridade pelas 200 empresas foi o de saneamento. Em uma resposta que permitia três escolhas simultâneas, este setor foi apontado como a "maior aposta" pelas construtoras. Na sequência aparecem o setor rodoviário e a habitação social. A privatização do setor de saneamento foi apoiada por 83% das empresas e 72% manifestaram interesse de participar das concessões de água e esgoto.

Entre as medidas esperadas pelo setor – que podem ser negociadas no pacto nacional –, o controle do déficit público recebeu a classificação de essencial. Entre as reformas, a prioridade é a fiscal. "É a que pode trazer resultados positivos para as contas públicas em menor tempo", diz Godoy.

CRÉDITO
DEVE FICAR
CADA VEZ MAIS
ESCAPSO